



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO PRÁTICAS INCLUSIVAS**

Autor (1) José Fanuel Ferreira de Lima; Co-autor (1); Gizelle Duarte Martins Lima Co-autor (2); Joyce Maria Leite e Silva Co-autor (3); Dioneide Preira da Silva Orientador (1) Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra

*Universidade Regional do Cariri- URCA/ lismaria@ig.com.br*

---

### **RESUMO**

As escolas públicas brasileiras atualmente enfrentam um importante desafio, no sentido de promover a inclusão de estudantes portadores de deficiência em suas aulas regulares. Entretanto, tem-se observado que, embora existam previsões legais indo ao encontro da inclusão como prática escolar, a realidade é que alunos portadores de deficiência têm sido freqüentemente colocados à margem do processo de ensino. O objetivo é analisar como está se dando esse processo referenciando-se na Educação Física Escolar, identificando as dificuldades e progressos a partir das condições estruturais, atitudes, recursos e práticas de ensino adotadas, a fim propor estratégias pedagógicas. Possuindo um caráter exploratório/descritivo com abordagem qualitativo, buscou-se a coleta objetiva de dados através de questionário direcionados aos gestores e professores das escolas públicas de ensino médio na cidade de Icó. Os temas relevantes ao processo inclusivo foram analisados, discutidos de modo a clarificar a temática, recaindo o foco nas barreiras existentes na escola e possíveis alternativas para sua superação. Tendo-se verificado que os obstáculos são muitos, historicamente construídos, considera-se ao final a proposição de estratégias pedagógicas que poderão oferecer subsídios e progressos no processo de inclusão. Dessa forma, pode transformar conceitos e atitudes na escola, quando traduzidas em ação conjunta dos sujeitos da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Educação Física; Deficiência; Inclusão.

---

### **INTRODUÇÃO**

O ambiente escolar vem passando por mudanças históricas que remetem a necessidade de reformulação de suas práticas cotidianas, a fim de que possa cumprir de forma satisfatória sua função pedagógica e social. Formar cidadãos preparados para lidar com as diversas situações da vida em sociedade torna-se o eixo central do processo de ensino, quando a escola deve adequar-se para atender aos anseios de grupos heterogêneos, porém idênticos em suas necessidades educativas.

Nesse contexto, a Educação Física Escolar se insere com suas peculiaridades como um importante instrumento na consecução de tais objetivos. Destarte, ante sua função social, deve-se considerar a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

necessidade de inserção de todos os discentes no processo de formação, quando a Educação Física Adaptada se apresentará como importante instrumento de inclusão daqueles alunos com habilidades especiais. O conhecimento dos condicionantes históricos e análise crítica da realidade existente apresentam-se como instrumento eficaz para a superação dessas atitudes.

Com base nestas informações as escolas públicas brasileiras atualmente enfrentam um importante desafio, no sentido de promover a inclusão de estudantes portadores de deficiência em suas aulas regulares. O objetivo da presente pesquisa é analisar como está se dando esse processo no campo de pesquisa referenciando-se na Educação Física Escolar, identificando as dificuldades e progressos a partir das condições estruturais, atitudes, recursos e práticas de ensino adotadas, a fim de se propor estratégias pedagógicas. A pesquisa constitui-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, que segundo Lakatos (2005,p.190) descreve que a pesquisa exploratória: São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceito.

Buscou-se na coleta objetiva de dados através de um questionário direcionados aos gestores e professores das escolas públicas de ensino médio na cidade de Icó. A pesquisa considerou os aspectos da resolução 466/12 que envolve seres humanos. As respostas dos sujeitos da pesquisa, quais sejam, professores e gestores, foram agrupados em categorias, de acordo com as variações de ponto de vista e temáticas levantadas pelos mesmos, sendo que os pontos de relevância foram preestabelecidos pelo pesquisador, considerando os objetivos inicialmente estabelecidos.

Os temas relevantes ao processo inclusivo foram analisados e discutidos de modo a clarificar a temática, recaindo o foco nas barreiras existentes na escola e possíveis alternativas para sua superação. Essas se resumem à busca de alternativas que favoreçam o desenvolvimento do aluno, assegurando-lhe a formação necessária para o exercício da cidadania (Lei nº9.394, 1996). Tendo-se verificado que os obstáculos são muitos e historicamente construídos, considera-se ao final a proposição de estratégias pedagógicas que poderão oferecer subsídios e progressos no processo de inclusão. Tais estratégias podem ser de ação e se efetivaria ao presenciar a exposição de aulas em que as situações fossem as seguintes: teórica de olhos vendados, ou buscando a compreensão de gestos utilizados na comunicação da pessoa com deficiência, fazendo o próprio deficiente sentir-se parte efetiva daquela aula. No mesmo



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sentido, deslocar-se na escola, e identificar a existência de rampas, corrimões, bebedouros e sanitários adequados constituem atividades que auxiliarão na mudança de visão, bem como na integração do deficiente, na medida em que poderá expor suas dificuldades e necessidades no ambiente escolar. Ainda pautando-se nas aulas teóricas, é fundamental possibilitar momentos de interação entre os discentes, através de debates e trabalhos em grupo, preferencialmente distribuindo os alunos deficientes entre a turma, ação que possibilitará a troca de experiências, e reduzirá a marginalização dentro da sala de aula. Ao praticar atividades físicas regulares, o deficiente adquire auto-estima, confiança, conquista autonomia e independência de movimentos, além de ganhar o respeito dos outros ao mostrar-se igual aos demais.

Concluindo, além dos aspectos em que a atividade física estará ativamente presente, a realização pessoal da pessoa com deficiência envolve a aceitação de fatos e ausência de preconceitos, o qual só será alcançado através de mudanças de valores no meio social. Os esportes, atividades aquáticas, jogos e brincadeiras, lutas, ginástica e dança também devem ser discutidos teoricamente, sempre se atentando para o estabelecimento de um paralelo entre as possibilidades de todos, e dessa forma, quando necessário, o discurso deve estar adaptado às deficiências presentes nesse momento do processo. Quando o intuito for apresentar o esporte como conteúdo da Educação Física Adaptada, há de se atentar para a representação de determinadas modalidades, que vem mesmo se tornando fenômenos sociais. E como tal, o mesmo veicula na mídia ora como forma de justificação da estrutura social existente, ora como instrumento político e econômico de determinados governos. Na escola, sejam alunos deficientes ou não deficientes, o professor deve estar atento a essas questões e ser capaz de estruturar pedagogicamente as modalidades. No campo da Educação Física Adaptada, exige-se ainda mais habilidade do docente, na medida em que precisará conhecer as deficiências presentes nas aulas, no sentido de identificar atividades apropriadas às vivências propostas. Nas tendências atuais de ensino, o domínio das técnicas e habilidade motora toma espaço secundário, na medida em que o mais importante é que o aluno compreenda o significado de suas ações e as relacione com suas práticas anteriores e experiências do dia-a-dia. Assim, há de se defender que, se o objetivo maior do ensino não é a técnica em si, os alunos que possui alguma deficiência têm todas as condições de vivenciarem determinadas práticas, quantas adequadamente adaptadas à suas limitações. A Declaração de Salamanca, de 1994, foi mais além, visto que nela já se estabeleceu a necessidade de inclusão desses alunos em escolas regulares, e é nesse momento que o conceito de “integração” passa a ceder espaço



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

para o conceito de “inclusão”, expondo a visão de ser a deficiência uma característica natural de seu portador.

Ao propor esportes adaptados em salas regulares, parte do cuidado deve recair também sobre os demais alunos, na medida em que, se o professor direciona e altera demasiadamente os objetivos à aprendizagem e crescimento do deficiente, corre-se o risco de ter desmotivado e desinteressado aqueles não-deficiente, perdendo-se assim a essência de sua prática pedagógica. Prosseguindo, focando em outra possibilidade de ação, ao se falar em atividades aquáticas para deficientes, encontramos uma eficaz ferramenta de integração dos mesmos, visto que o ambiente aquático, quando presentes os materiais de apoio adequados, oferece maior independência de movimentos, atuando positivamente na motivação e auto-estima do aluno. Entretanto, quando privado da atenção e cuidados necessários, pode oferecer riscos consideráveis à integridade do aluno, por frequentemente apresentarem limitações motoras, daí ser imprescindível que o professor esteja preparado para tal. A adaptação ao meio aquático, tão imprescindível em qualquer aula nesse meio, ganha ainda mais importância na temática em discussão. Sabemos das limitações do nosso sistema de ensino, em que muitas vezes o professor, quando dispõe de espaço para tal, precisará monitorar uma quantidade significativa de alunos. É nesse momento que se justifica um trabalho consistente de orientação antes desse contato, quanto a práticas de segurança e riscos envolvidos. Nessa situação, os próprios alunos podem estar orientados quanto à como procederem nos casos de acidentes e no auxílio à colegas. Embora a aptidão não deva ser um objetivo avaliativo na Educação Física, o professor pode utilizá-lo como prática de segurança quando do trabalho em grupos, distribuindo aqueles com maior experiência e aptidão na água em grupos diferentes. Também é fundamental que o próprio professor conheça anteriormente os espaços que pretende utilizar em suas aulas.

Seguindo nas proposições, ao se defender os jogos e brincadeiras como mais uma possibilidade de ensino, uma das principais dificuldades encontradas nesse tema é estabelecer uma relação efetiva entre as intenções e as ações, na medida em que muitos profissionais, embora vejam o jogo e a brincadeira como possibilidades ricas pedagogicamente na Educação Física, acabam por vezes encontrando dificuldades em desvinculá-los do aspecto meramente recreativo. Entretanto, quando se propõe tais atividades de forma adaptada, deve-se atentar para o fato de que o lúdico, dependendo do estágio mental-cognitivo do aluno, irá representar um dos mais eficientes meios de aprendizagem. O aprender fazendo, através da expressão corporal espontânea, abre a mente do aluno para novas experiências,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

preparando-o para a assimilação advindas da disciplina em discussão ou outros componentes do currículo. Mais nos jogos e brincadeiras identificamos fortes influências da cultura popular, trazidas do saber acumulado pelo senso comum. Muitas vezes o aluno não-deficiente já traz experiências com essas atividades antes mesmos de adentrar à escola. No entanto, sabemos que isso não acontece com a pessoa deficiente, pelas variadas barreiras já apresentadas e discutidas ao longo da presente pesquisa. É então que se atribui ao docente um mérito especial, ao passo que apresentará uma nova possibilidade de aceitação e integração para esse aluno.

A ginástica, como expressão corporal, representa a maneira mais eficaz e mais utilizada ao longo dos séculos como forma de desenvolvimento de habilidades motoras e reconhecimento das possibilidades do corpo. Através dessas expressões, permite ao praticante expor sentimentos, necessidades e reconhecer seus limites. Na Educação Física Adaptada, a ginástica poderá apresentar-se como instrumento de auto-superação e desenvolvimento da criatividade. Como estratégia, o professor poderá utilizar os próprios alunos e suas vivências. Muitos deles já praticaram ou praticam uma cambalhota ou já fizeram uma “estrelinha”. Saltar e rolar são outros constituintes da ginástica, e que acompanham o desenvolvimento motor natural da criança. Destarte, não podemos esquecer que em determinadas situações, a pessoa deficiente poderá nunca ter tido experiências na ginástica. O primeiro passo será identificar um local adequado e seguro para a prática, seguindo-se uma seqüência pedagógica progressiva em nível de dificuldade. Prosseguindo com as possibilidades de ensino, as lutas podem representar um conteúdo significativo para a Educação Física Adaptada. O professor deve incluir em suas estratégias a compreensão do significado da luta, bem como relacioná-las com a realidade social. Ações como chutar, socar, cair, agarrar, típicos da luta, devem ser apresentados de forma não-competitiva, apresentando-se ao docente como uma forma de fortalecer no aluno deficiente valores como o respeito e a disciplina, bem como reconhecer e desenvolver habilidades motoras presentes nas lutas hoje praticadas.

Por fim, a dança como conteúdo de ensino deve também ser vista como elemento essencial no desenvolvimento do educando deficiente, na medida em que carrega consigo uma diversidade cultural passível de compreensão e interpretação por parte do aluno. Como canal de expressão, o deficiente encontrará na dança mais um meio de comunicação e interação com o mundo a sua volta, desenvolvendo sua personalidade e se inserindo nas formas de convívio social. Para o docente, representa um meio de reconhecer as necessidades e anseios de seus alunos, na medida em que



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

proporcionam expressões espontâneas de sentimentos, medos, desejos, ansiedade. Nesse contexto, o professor deve preocupar-se em oferecer atividades variadas e significativas, que ofereçam múltiplas possibilidades de expressão. Pelo exposto, resta evidente as múltiplas e variadas possibilidades de ação na Educação Física Adaptada, demonstrando que é possível a efetivação da escola inclusiva defendida nas políticas educacionais da atualidade. Resta evidente também que cabe ao docente identificar essas possibilidades na sala de aula, de acordo com a realidade de seus alunos e instrumentos disponíveis.

## CONCLUSÃO

O estudo procurou mostrar que os profissionais da educação básica( gestores e professores), e em especial aqueles envolvidos com a Educação Física Escolar, devem assumir seu papel de educador e considerarem as práticas inclusivas como parte fundamental do processo ensino-aprendizagem, tornando suas aulas um ambiente atrativo e benéfico à todos os alunos, independente de suas diferenças físicas ou cognitivas. Dessa forma, procurou-se fundamentar o estudo em questões que procurem clarificar a dinâmica social envolvida com a pessoa deficiente, e que serão fundamentais na propositora de novas ações e práticas de ensino. Entretanto, devemos ressaltar que essa mudança de postura dos profissionais será ineficaz caso não venha acompanhada de alterações nas mais variadas esferas do convívio da pessoa deficiente, que irão interferir direta ou indiretamente no seu desenvolvimento. É assim que família, sociedade, poder público e escola irão atuar juntos nessa caminhada, rumo à afirmação do deficiente como cidadão igual em direitos e deveres. A superação das barreiras citadas representa um importante passo na conquista da realização e da autonomia, novamente justificando a necessidade da prática adequada do movimento pedagogicamente estruturado. Dessa forma, se pode transformar conceitos e atitudes na escola, quando traduzidas em ação conjunta dos sujeitos da pesquisa.

## REFERENCIAS

BRASIL, Brasília. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

\_\_\_\_ Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em seres humanos.** Bioética. Brasília, 2012.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante Cidade; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à Educação Física e ao Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência.** Curitiba: Editora UFPR, 2002.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Ed. São PAULO: Atlas, 2005.